

Notas Explicativas – Exercício 2022

Nota 1 - Pressupostos de Análise

As análises das Demonstrações Contábeis dos órgãos vinculados à União devem ser implementadas através das informações condensadas nos próprios demonstrativos e, como também, através de consultas efetuadas no sistema SIAFI, base para a elaboração de todas as demonstrações. As referidas consultas podem ser efetuadas através do sistema Tesouro Gerencial, dos chamados Auditores do sistema (transações CONDESAUD E CONAUD, no sistema SIAFI WEB) que indicam as inconsistências nas informações registradas e, bem como, a estrutura e os itens que compõem os demonstrativos. Outra consulta a ser realizada através da transação BALANCETE mostra-se bastante útil para acesso detalhado à movimentação de contas, cuja verificação torna-se impossível apenas com os dados sintéticos constantes dos demonstrativos emitidos como, por exemplo: a análise de saldos invertidos, classificações inadequadas de despesas e receitas, saldos transitórios não cobertos pelos auditores, utilizações indevidas de contas contábeis, saldos irrisórios ou residuais, e saldos invertidos em contas-correntes.

Dessa forma, uma análise em conjunto entre Demonstrações Contábeis, Consultas construídas no sistema Tesouro Gerencial, Auditores e a transação BALANCETE tornam possível assegurar a consistência e a transparência das informações consolidadas. O roteiro de análise utilizado baseia-se na Macrofunção 02.10.03 do Manual SIAFI.

Por fim, serão indicadas notas específicas para cada variação relevante comparando-se os exercícios de 2021 e 2022 (variações acima de 10% em valores relevantes) ou, quando se fizerem mister intervenções pontuais.

Nota 2 - Base Legal Utilizada

Os dispositivos legais norteadores da elaboração das Demonstrações Contábeis do TRE-CE tem por base a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei nº 10.180/2001 e a Lei Complementar nº 101/2000. Subsidiariamente, tendo em vista que são documentos gerados a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, gerido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, as mesmas encontram-se adequadas pelas Normas Brasileiras de

Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT/SP) do Conselho Federal de Contabilidade, pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e pelo Manual SIAFI.

Nota 3 - Metodologia de Mensuração Depreciação e Amortização, Reavaliação e Redução a Valor recuperável.

3.1 - Depreciação

O método de depreciação utilizado é o método das quotas constantes, a fim de produzir informação consistente e comparável.

Registre-se que a metodologia aplicada atende à NBC T 16.9 (que trata de critérios referentes a depreciação, amortização e exaustão), ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e a Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

A Seção de patrimônio deste Tribunal (SEPAT) emite, mensalmente, relatório do sistema ASI para fins de correspondência no SIAFI. No ano de 2022, os saldos apresentam-se conciliados.

A depreciação dos imóveis foi contabilizada, mensalmente, pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, através de notas de lançamento, conforme se verifica no relatório razão da conta 123810200 - DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS.

3.2 - Amortização

Em atenção a orientação SOF/TSE 12/2019 (que busca padronizar os lançamentos dos intangíveis), a amortização foi contabilizada para os bens intangíveis classificados como softwares com vida útil definida. Os lançamentos nesta conta apresentam-se conciliados com os relatórios do sistema ASIWEB (que gerencia a solicitação de entrega de materiais e bens patrimoniais).

No ano de 2022, a conta 237110300 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES – teve o saldo composto pelo registro de ajuste na depreciação acumulada, em junho de 2022, dos imóveis cadastrados no SPIUNET, conforme conciliação entre planilha encaminhada pela SPU e SIAFI, bem como, ajuste de valores referentes ao registro da depreciação das urnas eletrônicas, conforme orientação COFIC/SOF/TSE.

Nota 4 - Balanço Orçamentário

4.1 Definição

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com as realizadas, conforme art. 102, da Lei 4.302/64.

4.2 Receita Realizada (Conta Contábil 6.2.1.2.0.00.00)

O deficit apresentado em Receita Realizadas, como constante no Balanço orçamentário, pela monta de R\$ 326 milhões demonstra apenas a natureza do órgão TRE-CE como não arrecadador de receitas no sentido estrito, ou seja, as suas despesas são cobertas por sub-repasses financeiros com recursos oriundos da Conta Tesouro, cuja gestão vincula-se à Secretaria do Tesouro Nacional. Dessa forma, com a ausência de receitas diante das despesas empenhadas, sempre haverá uma situação deficitária relevante a ser apresentada nesse demonstrativo.

4.3 Dotação Atualizada e Dotação Inicial (Grupo de Contas Contábeis 5.2.2.1.1.01.01, 5.2.2.1.1.02.01, 5.2.2.1.1.02.09, 5.2.2.1.9.01.01 e 5.2.2.1.9.01.09 [Dotação Inicial], 5.2.2.1.2.01.01, 5.2.2.1.2.01.02 e 5.2.2.1.2.01.03 [Dotação Suplementar], 5.2.2.1.2.02.01, 5.2.2.1.2.02.03, 5.2.2.1.2.02.02 e [Dotação Especial] e Remanejamentos de Créditos)

Nota-se aparente divergência entre os valores da Dotação Inicial e a Dotação Atualizada, onde se verifica que a primeira atinge o montante de R\$ 279,2 milhões, enquanto a Dotação Atualizada chega ao patamar de R\$ 287,4, apresentando diferença de R\$ 8,2 milhões, o que representa uma suplementação orçamentária, referente a créditos adicionais para atendimento de despesa obrigatório com pessoal e benefícios no exercício em comento.

4.4 Execução de Restos a Pagar

O quadro de execução de restos a pagar demonstra o pagamento de cerca de 48,71% do estoque líquido de restos a pagar não processados inscritos e reinscritos para 2022, sendo reinscrito para 2023 valor em monta de R\$ 8,3 milhões (Saldo do Anexo I – Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados). Por outro lado, o quadro de execução de restos a pagar processados, incluindo os não processados liquidados em 2022, demonstram o pagamento de cerca de 19,28%, sendo reinscrito para 2023 o montante de R\$ 1,8 milhões derivados de diversas retenções cautelares efetuadas em processos de pagamento no aguardo de comprovação documental por partes de contratadas.

Nota 5 - Balanço Financeiro

5.1 Definição

Trata-se do demonstrativo contábil que demonstra os ingressos (entradas) e dispêndios (saídas) de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passarão para o exercício seguinte de acordo com o art. 103, da Lei n 4.320/64.

5.2 Transferências Financeiras Recebidas (Conta Contábil 4.5.1.1.2.03.00)

Verifica-se o montante de R\$ 318,4 milhões em Transferências Financeiras Recebidas, originário basicamente de sub-repasses financeiros para atender a Manutenção Geral deste TRE-CE e, principalmente, para pagamento da despesa com Pessoal e Encargos Previdenciários dos servidores, magistrados e membros do Ministério Público Eleitoral.

5.2 Recebimentos Extraorçamentários –

Verifica-se aumento significativo de 66,15% nos valores comparados entre os anos de 2021 e 2022 em Recebimentos Extraordinários ocasionados em grande medida pela inscrição em restos a pagar não processados para 2023 a maior em cerca de R\$ 11,3 milhões sobre aquele inscrito de 2021 para 2022.

5.3 Despesas Orçamentárias (Grupo de Contas Contábeis 6.2.2.1.3.04.00 + 6.2.2.1.3.05.00)

Pelo mesmo motivo verificado no aumento das Transferências Financeiras Recebidas, fatores correlatos aumentaram em 20,78% a Despesa Orçamentária Ordinária entre os exercícios em comparação, em especial, tendo em vista a realização das eleições gerais, no exercício de 2022, fato não ocorrido em 2021.

5.4 Pagamentos Extraorçamentários (Grupo Contábil 6.3.1.4.0.00.00)

Verificou-se aumento de 15,93% entre a Despesa Extraorçamentária executada no ano de 2022 e aquela de 2021 dado o pagamento do estoque de restos a pagar não processados no valor de R\$ 17,7 milhões em 2022 face a R\$ 15,9 milhões pagos em 2021 (incremento de 10,81%). Verifica-se que houve o pagamento de 11,1 milhões referentes a Construção da Nova Sede do TRE-CE, cujo arrimo orçamentário deu-se através de restos a pagar inscritos de exercícios anteriores.

Nota 6 - Balanço Patrimonial

6.1 Definição

Nesse demonstrativo contábil encontra-se a posição estática do Órgão ou Entidade e também o resultado acumulado. De acordo com a Lei n 4.320/64, art. 105, nele estarão demonstrados os Ativos Financeiro e Permanente, os Passivos Financeiro e Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação.

6.2 Caixa e Equivalentes de Caixa (Grupo Contábil 1.1.1.0.0.00.00)

Nesse item, verifica-se aumento de 15,09% entre o saldo apurado em 2022 frente ao de 2021, são os valores disponíveis em caixa para pagamento de despesas, importa ressaltar a realização de eleições gerais em 2022.

6.3 Imobilizado (Grupo Contábil 1.2.3.2.0.00.00)

Dado o volume de recursos alocados a esse item do Balanço Patrimonial (R\$ 218 milhões) impende mencionar análise sobre o aumento percentual de 22,95% no Imobilizado deste TRE-CE, anotado entre os anos de 2022 e 2021, com acréscimo de cerca de R\$ 50,05 milhões. Tal valor deriva do acumulado na conta Obras em Andamento pela execução da despesa na Ação 1P75 (Construção da Nova Sede do TRE-CE). O Saldo da conta 123210601 - OBRAS EM ANDAMENTO - P IM9999034 (Nova sede do TRE-CE) passou de 99,2 milhões para 111,2 milhões, em 2022, bem como, acréscimo de bens móveis em R\$ 36,8 milhões, tendo em vista aquisição de mobiliário para a nova sede, equipamentos, bem como, recebimento de urnas eletrônicas.

6.4 Resultados Acumulados (Grupo de Contas Contábeis 2.3.7.1.1.01.00, 2.3.7.1.1.02.00 e 2.3.7.1.1.03.00)

Em que pese o acréscimo de 57,36% entre os anos de 2021 e 2022, no Passivo Circulante, que influiu na evolução patrimonial deste Regional (aumento de R\$ 1,7 milhões), bem como, houve um acréscimo robusto de R\$ 49 milhões no referido resultado de forma consolidada nos Resultados Acumulados e, conseqüentemente, no total do Patrimônio Líquido, derivando-se, de forma significativa, do acréscimo patrimonial advindo da execução da obra de construção da Nova sede do TRE-CE com a execução financeira de seu estoque de restos a pagar inscritos de exercícios anteriores. A conta 237110300

recebeu lançamentos referentes a ajuste no registro da depreciação acumulada dos bens imóveis realizada pela SPU, bem como, registro de transferência da depreciação acumulada das urnas eletrônicas modelos 2013 e 2015 para exercício anterior.

Nota 7 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

7.1 Definição

A Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme disposto no artigo 104 da Lei n 4.320/64, evidencia as alterações verificadas no patrimônio da União durante o exercício financeiro, resultante ou independente da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

7.2 Variações Patrimoniais Aumentativas - Transferências e Delegações Recebidas (Grupo Contábil 4.5.1.0.0.00.00)

As Variações Patrimoniais Aumentativas em monta de R\$ 368,1 milhões apresentadas em 2022 aumentaram em 33,78% relativo ao montante apurado em 2021.

O referido acréscimo deve-se ao fato de que os montantes de quotas de sub-repasse recebidos em 2022 possuíam robusta influência das despesas realizadas para atendimento dos trabalhos nas Eleições 2022, como também, pelas transferências patrimoniais recebidas do Tribunal Superior Eleitoral e demais TREs com insumos para a realização do pleito em 2022, as quais não ocorreram em 2021.

7.3 Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos, Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo (Grupos Contábeis 3.2.1.0.0.00.00, 3.2.1.0.0.00.00, 3.2.2.0.0.00.00 e 3.3.2.0.0.00.00)

Variações Patrimoniais Diminutivas em monta de R\$ 316,9 milhões, aumentaram em 17,65% em relação ao alcançado em 2021, sobretudo devido a despesas ocorridas em 2022 e não incorridas em 2021, tais como, os aumentos verificados nos itens serviços, notadamente com contratação de pessoal terceirizado na Ação Orçamentária 4269 - Pleitos Eleitorais e demais despesas inerentes a eleição. Dessa forma, dada a elevação das Variações Patrimoniais Diminutivas ser inferior a elevação das variações de acréscimo patrimonial, tem-se aumento no resultado patrimonial em cerca de R\$ 51,2 milhões, ou seja, aumento de cerca de 782,07% superior ao resultado obtido em 2021, impactado por

outros ganhos com incorporação de ativos. Analisada a conta contábil, verifica-se o recebimento de insumos para eleição.

Nota 8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

8.1 Definição

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa a demonstrar o fluxo financeiro do Tribunal Regional do Ceará no ano de 2022, apresentando as entradas de recursos em face das saídas.

8.2 Fluxo de Caixa das Atividades das Operações - Outros Ingressos das Operações (Grupo Contábil 4.5.1.1.2.00.00)

Nota-se acréscimo substancial de 17,5% entre os anos de 2022 e 2021 advindo do aumento em Transferências Financeiras Recebidas, motivada pela necessidade de sub-repasses para pagamento de despesas efetivadas com as Ações Orçamentárias 4269 - Pleitos Eleitorais no ano de 2022.

8.2 Fluxo de Caixa das Atividades das Operações – Desembolsos (Grupo Contábil 6.2.2.1.3.04.00)

Corroborando o narrado na nota anterior, verifica-se aumento nos desembolsos (valores pagos) em percentual de 16,61% haja vista necessidade de pagamentos relativos a eleição de 2022 em detrimento de 2021.

8.3 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento - Aquisição de Ativo Não Circulante (Grupo Contábil 6.3.1.4.0.00.00)

Da variação percentual relevante de 27,26% entre os anos em análise, demonstra-se o impacto nos pagamentos efetivados em 2022 quanto à obra de construção da Nova Sede deste TRE-CE, bem como, aquisições referentes a equipamento de tecnologia da informação, bens móveis e outros materiais permanentes, cujos valores apresentam-se acima daquele verificado em 2021.

8.4 Caixa e Equivalente de Caixa Final (Grupo Contábil 1.1.1.0.0.00.00)

Dessa forma, os ingressos e desembolsos aumentaram. Contudo, como o acréscimo relativo aos ingressos foi superior ao acréscimo observado nos desembolsos, o resultado é um maior saldo em caixa e equivalente de caixa final em 2022.